

Rediteia 46

REVISTA DE POLÍTICA SOCIAL | 2013



Título

Rediteia nº 46.
Bem-estar Infantil

Edição

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 | Fax. 225 403 250
E-mail. geral@eapn.pt
www.eapn.pt

Diretor

Pe. Jardim Moreira

Subdiretora

Sandra Araújo

Coordenação Editorial de Redação e Distribuição

Armandina Heleno

Colaboraram neste número

Amélia Bastos, Alexandra Sousa, Fátima Veiga, Fernando Diogo, Isabel Dias, Isabel Porto, Maria do Céu Brandão, Maria João Leote de Carvalho, Maria José Vicente, Matilde Sirgado, Pedro Calado, Rosa Saavedra, Rosa Madeira, Sérgio Costa Araújo, Sofia Amaral de Oliveira, Madalena Marçal Grilo

Design editorial, impressão e acabamento

Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.
sersilito@sersilito.pt · www.sersilito.pt

Periodicidade

Anual

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

149010/00

ISSN

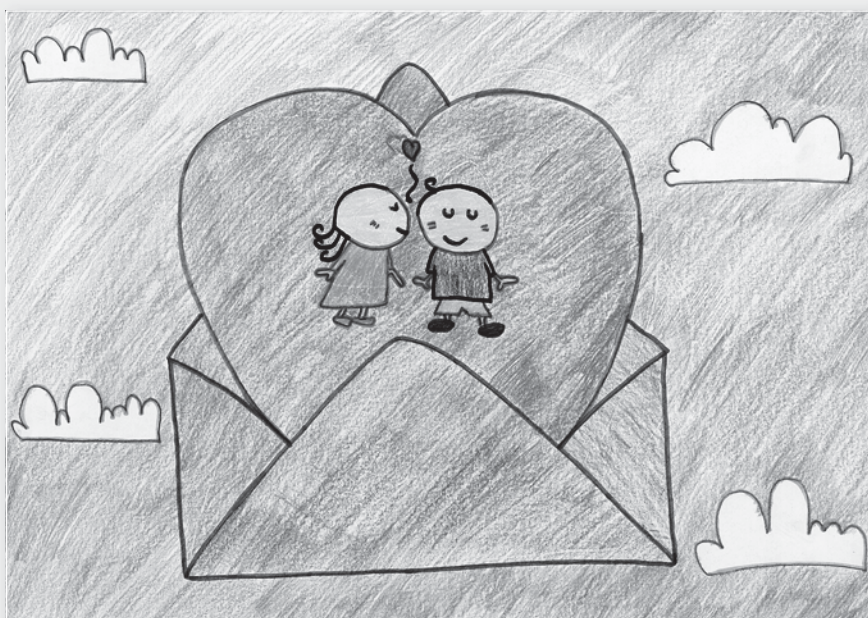
1646-0782

Alguns dos Artigos não seguem o novo Acordo Ortográfico.

Nota Editorial	5
Pobreza Infantil – um problema preocupante	9
<i>Amélia Bastos</i>	
A infância na Crise: notas sobre os desafios ao bem-estar infantil na atual conjuntura a partir da perspetiva da pobreza infantil ..	15
<i>Fernando Diogo</i>	
(Con)Viver com a violência doméstica: fatores de risco e impacto sobre as crianças	29
<i>Isabel Dias</i>	
O combate à pobreza deve começar pelas crianças	45
<i>Madalena Marçal Grilo</i>	
Acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo – Há um lugar onde tu podes sonhar	51
<i>Maria do Céu Brandão</i>	
Outras infâncias: a aprendizagem social da delinquência em contextos desfavorecidos	65
<i>Maria João Leote de Carvalho</i>	
As crianças ciganas no contexto atual: principais desafios de inclusão	83
<i>Maria José Vicente</i>	
Os Filhos da Rua...	95
<i>Matilde Sirgado e Isabel Porto</i>	

A infância na Crise: notas sobre os desafios ao bem-estar infantil na atual conjuntura a partir da perspectiva da pobreza infantil

Fernando Diogo*



© Nicoletto Toma • EB Afonso de Paiva

* Professor auxiliar da Universidade dos Açores e Investigador do Centro de Estudos Sociais desta Universidade, onde desempenha funções de direção. É diretor da Licenciatura em Sociologia e coordenador do Mestrado em Ciências Sociais. Fora da UAç é um dos responsáveis da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia, participa no grupo de trabalho sobre pobreza infantil de EAPN e na AISLF, colaborando regularmente com diversas revistas, como referee ou nos conselhos editoriais, e com a APSIOT. Desenvolve investigação sobre pobreza, pobreza infantil, precariedade no emprego, RSI e sobre a relação entre ocupação e pobreza. Neste momento, tem no prelo um livro sobre educação e desigualdades sociais.

Resumo: Neste texto discute-se o conceito de pobreza infantil, como ponto de partida para uma reflexão sobre alguns dos principais impactos da crise na pobreza. Estes impactos da crise são vistos através de alguns indicadores estatísticos centrais para os aferir. De seguida, analisam-se alguns dados sobre a pobreza infantil em Portugal disponibilizados pelo INE. Neste último caso, mostra-se a sua centralidade no contexto da pobreza em Portugal e os limites que os indicadores disponíveis apresentam. Termina-se com uma reflexão sobre os resultados alcançados e o possível impacto da crise nos contextos da pobreza infantil no país.

Estamos em crise. De tão repetida esta frase parece que se tornou banal mas as suas consequências na vida de inúmeros indivíduos não são banais, desde logo no seu nível de conforto material mas também em dimensões mais difíceis de medir, de onde se destacam os modos de vida e a felicidade. As crianças constituem uma categoria social que, pelas suas características próprias (e como veremos), é especialmente vulnerável a estas consequências da crise. Portanto é expectável que seja entre elas que os seus efeitos mais se façam sentir.

Este artigo tem três partes distintas, numa primeira mobiliza-se uma conceptualização da pobreza infantil para, de seguida e em segundo lugar, apresentar estatísticas para tentar perceber melhor algumas das características e do alcance da crise, em particular com os dados possíveis sobre a pobreza em Portugal. Na terceira parte apresentam-se alguns resultados sobre a pobreza infantil, confrontando-se os dados empíricos com a ideia de infância em ordem a produzirem-se algumas conclusões sobre o bem-estar infantil no atual contexto de crise.

A infância e a pobreza infantil em sociologia

Uma primeira preocupação deste artigo passa pela revisitação dos principais conceitos que condicionam a questão da pobreza infantil¹.

A criança é especialmente vulnerável aos problemas sociais e ameaças associadas à pobreza, desde logo pela sua dupla dependência em relação aos adultos, física e social, mas também pelo estágio da vida em que se encontra, em pleno desenvolvimento físico, cognitivo e social. Neste último contexto, o do estágio da vida, e sem querer enveredar pelas questões teorizadas em psicologia do

¹ Esta revisitação é feita, em parte, com base no que escrevemos em Diogo (2010).

desenvolvimento² pode-se afirmar que os impactos de acontecimentos na infância são potencialmente maiores do que noutros momentos da vida tendo efeitos estruturantes (e duradouros) no indivíduo. Sobre os impactos sociais potencialmente negativos em toda a vida de um indivíduo de acontecimentos na infância veja-se o caso da experiência escolar. Para muitas crianças portuguesas a escola não é um local de aprendizagens nem de experiências positivas mas o local de um outro tipo de aprendizagem: a da sua inferioridade social. Esta experiência³ (profundamente negativa) não só ensina aos indivíduos qual o seu lugar na sociedade (a escola transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares e as desigualdades escolares em desigualdades sociais legitimadas, segundo a célebre frase de Pierre Bourdieu) como tem consequências duradouras na sua vida, pois, de acordo com vários estudos⁴, a probabilidade de pobreza estar estreitamente associada à escolaridade, é máxima entre os que têm pouca ou nenhuma e é mínima entre os que têm bastante. As consequências de uma experiência negativa e falhada na escolaridade não se resumem à infância, afetando toda a trajetória de vida dos indivíduos. Mas estes efeitos não se ficam pelos próprios indivíduos, dado que se manifestam na escolaridade dos seus filhos, pois pais pouco escolarizados terão

² Sobre o impacto negativo e duradoura das experiências de pobreza na infância, em especial na primeira infância (e mesmo durante a gestação), veja-se Shonk (2011: 12 e ss). O autor relaciona vários tipos de escassez (alimentar, de cuidados e de relacionamento) com dificuldades duradouras dos indivíduos agirem em sociedade.

³ A construção da negatividade da experiência escolar traduz-se em coisas tão simples e precoces como estas: ao longo da nossa experiência de investigação sobre a pobreza temos topado com agregados familiares onde o número de lugares disponíveis para os indivíduos se sentarem em casa é menor (e em alguns casos é substancialmente menor) do que o total de residentes. O resultado é que são os mais velhos que se sentam habitualmente. As crianças destas famílias, quando chegam à escola, não tiveram oportunidade de aprender a postura de estar sentado (e de estar sentado por longos períodos). Ora, isso é um requisito básico da educação escolar, sem se conseguir estar sentado é muito difícil beneficiar da escola. O mesmo tipo de raciocínio pode ser estendido a outras competências, e nas nossas pesquisas demos conta de duas: a capacidade de pegar num lápis (ou caneta) e a capacidade de folhear um livro. Portanto, quando chegam à escola, as crianças em situação de pobreza infantil têm uma elevada probabilidade de nunca se terem sentado por períodos longos numa cadeira, de nunca terem pegado num lápis ou folheado um livro. Estão imediatamente em desvantagem e relação aos outros e dificilmente podem deixar de compreender rapidamente a sua situação.

⁴ Referimo-nos a um estudo sobre a literacia em Portugal Benavente *et al.*, (1996: 37/37, 135 e 399), que mostra que quanto maior é a escolaridade melhor é o posicionamento na estrutura de classes assim como aos estudos sobre a pobreza que se têm realizado no nosso país. Destaca-se, como exemplo, o realizado por Nuno Alves (2009:136). A nível internacional o mesmo tipo de relação entre rendimento e escolaridade foi encontrado pela OCDE, os técnicos desta organização encontraram, em média, uma diferença salarial entre quem tem o 9º ano e quem tem o 12º de 25%, a favor destes últimos, podendo chegar, em alguns países, aos 100% (como em Portugal). Diferenças do mesmo género podem ser encontradas nas taxas de desemprego favorecendo os que têm mais escolaridade (OCDE, 2007:12).

muita dificuldade em ajudar os filhos a orientarem-se no labirinto das opções escolares e a ajudarem-nos a serem bons alunos⁵.

Acrescente-se aqui, a propósito, uma reflexão acessória mas que, pela sua importância, merece destaque no corpo do texto: uma questão que sempre nos suscitou a máxima estranheza é o enfoque cego dos especialistas na infância, em particular dos provenientes das ciências da educação, no momento atual: nas crianças e no mundo da infância; esquecendo que os adultos de hoje são as crianças de ontem, o que tem como consequência a completa negligência de realização de trabalhos de investigação que incidam sobre a infância dos atuais adultos. Esta negligência faz-nos perder a capacidade de analisar criticamente infâncias completas e, em particular, o impacto a longo prazo de determinadas instituições formadoras dos indivíduos que operaram na infância: a escola, mas também a família ou o sistema de saúde. As ciências sociais são ciências históricas, não analisam o presente sem ter em conta o passado do qual o presente resulta, a abordagem a-histórica não as beneficia nem beneficia as políticas públicas que nelas se fundamentam.

Este tipo de raciocínio, sobre o impacto de uma má escolaridade ao longo da vida, pode ser estendido a outras áreas centrais na vivência dos indivíduos, designadamente nas questões da saúde física (e esta ênfase na saúde física pretende ter em conta que a saúde psicológica é uma área com suficiente relevo para ser considerada à parte, mesmo que em muitas situações tenda a ser menosprezada). Neste caso, pode-se ir tão longe como afirmando que problemas na gravidez podem deixar sequelas para a vida inteira (Shonk, 2011). Se os casos de deficiências adquiridas durante a gravidez e o parto são os mais evidentes, outros há que, por serem menos visíveis, não deixam de impactar do nascimento à morte.

O conjunto de experiências sociais negativas que se acumula ao longo da infância consubstancia-se, pelo menos em parte, na construção de uma posição social baixa na idade adulta. Problemas de desenvolvimento mal resolvidos, traumas psicológicos e uma escolaridade medíocre traçam um destino provável de inferioridade social, construído na infância, mau grado a precocidade e a ousadia da previsão.

⁵ Para aprofundar um pouco mais a questão da relação entre escolaridade e transmissão intergeracional de pobreza veja-se Perista e Baptista (2010).

Voltemos à questão da concetualização da pobreza infantil. Neste aspeto a primeira ideia a ter em atenção respeita à grande arbitrariedade que existe na sua definição. Desde logo porque não há uma definição consensual de pobreza, fundada nos dados empíricos. As definições usadas nas ciências sociais e nas estatísticas oficiais caracterizam-se todas por serem arbitrárias, embora se estejam a fazer algumas tentativas para reduzir esse grau de arbitrariedade⁶. Por outro lado, o conceito de infância é, ele próprio, também, em boa parte, passível de uma leitura a partir da arbitrariedade, não apenas porque é uma construção social recente (Sarmiento, 2005:41 e Ferreira e Rocha 2009) como pelo facto das suas fronteiras serem difusas. Em relação a este último aspeto, aliás, consideramos que é mais correto falar-se em infâncias do que em infância dadas as grandes transformações psicológicas, físicas e sociais que os indivíduos passam nesta fase da vida. Além disso, se é relativamente claro que a infância começa com o nascimento a questão do seu término é bastante controversa, dado que este conceito se justapõe aos de juventude, adolescência e até ao de adulto (Almeida, 2009:59). Como já tivemos ocasião de dizer noutros textos, se a convenção sobre os direitos da criança considera que “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 2009) (e por aqui já se vê claramente a arbitrariedade do conceito) podemos, facilmente, verificar a fragilidade desta definição se perguntarmos a um jovem de 14, 15 ou 16 anos se se considera uma criança.

Portanto, não existe uma definição clara, simples e inequívoca de pobreza infantil. Contudo, precisamos de uma definição que seja operacionalizável e comparável no tempo e no espaço para medirmos a pobreza infantil e as suas transformações. Neste sentido, estamos limitados às definições oficiais de pobreza da União Europeia (60% do rendimento mediano por adulto equivalente de cada país) e do Banco Mundial (aqui está sobretudo em causa a pobreza absoluta, algo que não tem aplicação em Portugal). Não obstante esta grave limitação, dado que, para além da arbitrariedade, fornece apenas algumas informações sobre a pobreza, de carácter mais descritivo (Capucha, 2005: 71), podemos problematizar o conceito no sentido de não nos deixarmos ficar à sombra de uma conceção limitada e de conseguirmos compreender uma realidade complexa.

⁶ Veja-se, a este propósito, para Portugal, os trabalhos de Elvira Pereira (2010).

Neste sentido, parece-nos claro que, mau grado alguma margem de manobra⁷, o que define as crianças como crianças é, do ponto de vista social, a dependência dos adultos⁸ (Almeida, 2009:25, Sarmiento, 2005:42 e Sarmiento *et al.*, 2007:2).

Ora, para problematizar o conceito de pobreza infantil precisamos de associar à dependência em relação aos adultos a escassez de recursos que caracteriza a pobreza (dos agregados familiares onde se enquadram as crianças). Esta afirmação tem duas consequências importantes, i) não é possível perceber a pobreza infantil fora dos seus contextos, societal e familiar, ii) e a associação destas duas características singulariza a pobreza infantil, tornando-a um objeto de análise distinto da pobreza (em geral), embora a ela ligada. É, portanto, com esta chave de leitura que nos devemos debruçar sobre a pobreza infantil.

Crise e pobreza, alguns dados

Os efeitos da crise são tão recentes que em algumas situações ainda não se chegou a algumas estatísticas fundamentais, muito embora, como defendemos num outro texto (Diogo, 2012), consideremos que estamos a viver um momento fundador. Isto no sentido de que o que se está a passar neste momento terá impacto na forma de estruturação da sociedade nas gerações vindouras, dadas as grandes e profundas transformações sociais que estamos a viver no mundo atual.

Um primeiro dado empírico que mobilizamos é a taxa de pobreza (ou taxa de risco de pobreza) produzida pela União Europeia (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento/Statistics on Income and Living Conditions, ICOR EU-SILC) e desenvolvida em Portugal pelo INE.

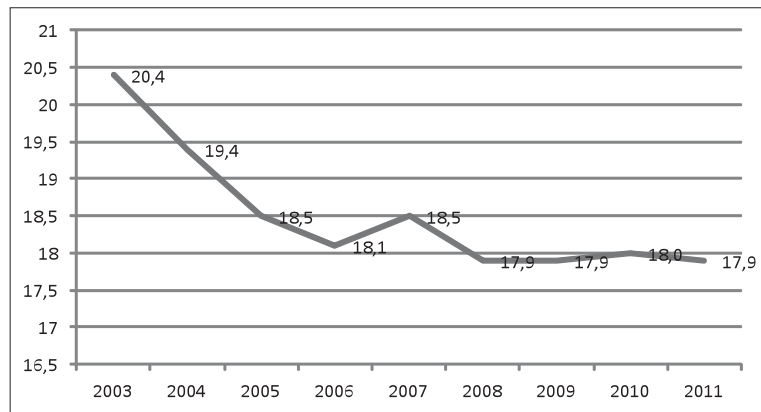
A julgar por estes dados a pobreza em Portugal estagnou, a crise não está a aumentá-la. Contudo, existem dados indiretos que nos mostram que a pobreza está a crescer em Portugal, o primeiro desses dados é o desemprego⁹:

⁷ A importância desta margem de manobra das crianças na sua construção como atores sociais tem sido evidenciada por autores como Sarmiento (2005 e Soares *et al.*, 2005), Bastos (2008 e Bastos *et al.* 2009) ou Ferreira e Rocha (2009).

⁸ Já no caso da juventude um dos mais importantes vetores da sua definição é a contradição entre a maturidade biológica e a dependência social, em relação aos seus pais. Contudo, as transformações porque vai passando esta categoria social têm retirado força a este vetor, sobretudo nos países onde os jovens saem cedo de casa dos seus pais para viverem em função dos apoios prestados pelo estado à sua educação (e este não é o caso português).

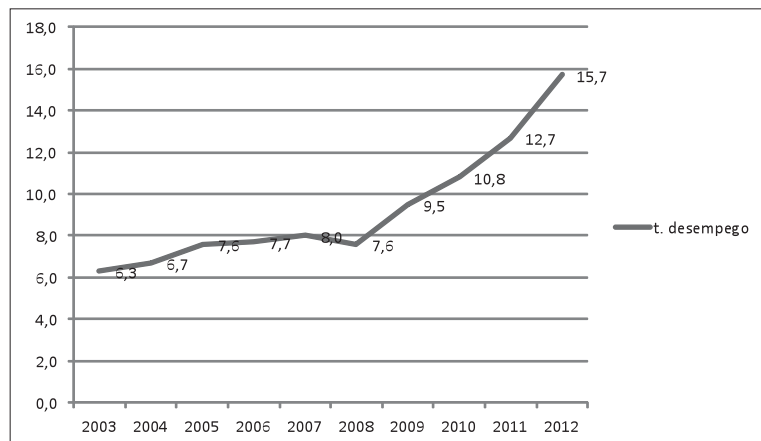
⁹ Este ponto segue de perto o que escrevemos em Diogo (2013).

Gráfico 1. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2011)



Fonte: INE, dados do ICOR

Gráfico 2. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2011) comparada com a taxa de desemprego (2003-2012)



Fontes: Fonte: INE, dados do ICOR e Pordata, dados do INE, inquérito ao emprego

Uma segunda fonte de cariz objetivo que contradiz a tendência de estabilização da taxa de risco da pobreza respeita aos dados do Produto Interno Bruto. O valor relativo a 2012 representa uma quebra anual de 3,2% na estimativa rápida do

INE (2013b) e os dados referentes aos últimos anos mostram um processo de quase estagnação ou de quebra do produto (o mesmo acontecendo com o PIB *per capita*, cf. Pordata, 2013).

Acrescente-se que os dados referentes ao PIB *per capita* em paridades do poder de compra para 2011 mostram uma redução de 2,9% do valor português face à média comunitária (INE, 2012b), trata-se de mais um indicador de degradação da condição económica dos portugueses, primeira condição para o aumento da pobreza. No mesmo sentido, os dados do INE sobre os custos do trabalho (INE, 2013b) mostram que estes se reduziram em 14,9%, no 4º trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Sendo que no 3º trimestre, esta variação tinha sido de -14,2%, também face ao trimestre homólogo de 2011. Ora, se os custos de trabalho se estão a reduzir, e em valores significativos, isso quer dizer que os portugueses têm menos rendimentos do trabalho, algo que representa 54,5% dos rendimentos totais das famílias portuguesas (INE, 2012: 46). O mesmo se tinha já verificado em 2011, por relação com 2010, em que no 4º trimestre os custos com o trabalho tinham-se reduzido em 6,5%.

Considerando que a segunda grande fonte de rendimentos dos portugueses são as transferências sociais do estado, sobretudo pensões, com 23,9% (INE, 2012: 46) e considerando que as transferências sociais têm sido alvo de cortes ao longo dos últimos anos (pensões, RSI, abono de família, subsídio de desemprego...), podemos concluir que as fontes que constituem 78,4% dos rendimentos dos portugueses têm vindo a diminuir.

Neste sentido, a estagnação da taxa de pobreza contrasta fortemente com a degradação de um elevado número de indicadores da situação socioeconómica. Discutimos as razões possíveis para esta flagrante inconsistência entre indicadores num outro texto (Diogo, 2013), mas o INE decidiu contribuir para explicar esta contradição (INE, 2013) apresentando uma simulação de como seria em 2012 a taxa de pobreza se o limiar de 2009 não se tivesse alterado¹⁰. Assim, o INE conclui:

“Com uma linha de pobreza ancorada em 2009, observa-se o aumento da proporção de pessoas em risco de pobreza: 17,9% em 2009, 19,6% em 2010 e 21,3% em 2011. Evidencia ainda um aumento do risco de pobreza para as/os menores de

¹⁰ E esta alteração deriva da forma de cálculo, definida pela União Europeia, não representando nenhuma opção nacional, não obstante as evidentes consequências políticas que provoca, designadamente mascarando os números da pobreza.

18 anos (22,4% em 2009, 23,9% em 2010 e 26,1% em 2011), e sobretudo um aumento do risco de pobreza para a população em idade ativa (15,7% em 2009, 17,7% em 2010 e 20,3% em 2011).”.

Quer dizer, a pobreza em Portugal aumenta se considerarmos um limiar absoluto e não um que derive do rendimento mediano, como o que existe na definição oficial da taxa de pobreza.

Aqui o que queremos salientar é a cautela com que devemos olhar para as estatísticas oficiais e quais as possíveis consequências da, evidente, redução de rendimentos para as questões da pobreza infantil e do bem-estar das crianças. Contudo, no que respeita à pobreza infantil como no que respeita à pobreza em geral, não existem, para Portugal, outras estatísticas e estudos representativos da situação portuguesa¹¹.

Crianças e pobreza

Para falarmos sobre a pobreza infantil em Portugal, vejamos como é que o país se situa no bem-estar das crianças (definido pela UNICEF a partir de 5 dimensões). Num estudo apresentado em 2013, a UNICEF (2013: 2) indica que, num total de 29 países desenvolvidos, Portugal ocupa a décima quinta posição, portanto sensivelmente a meio. Imediatamente acima ficam a República Checa, a França e a Eslovénia (respetivamente, 14^a, 13^a e 12^a). Imediatamente abaixo, podemos encontrar o Reino Unido, o Canadá e a Áustria (que ocupam os lugares 16^o, 17^o e 18^o).

Nos extremos encontramos, para os três primeiros lugares (e por ordem descendente), a Holanda, a Noruega e a Islândia e para os três últimos, a Lituânia, a Letónia e a Roménia. Acrescente-se que os EUA aparecem em quarto lugar a contar do fim o que significa que não basta ser-se um país rico para se ter um elevado bem-estar das crianças.

Aparentemente a situação portuguesa é relativamente confortável neste conjunto de países desenvolvidos, contudo uma análise mais detalhada permite desafiar essa assunção. Assim, analisando as dimensões que compõem este índice,

¹¹ O mesmo se verifica para outras questões sociais de grande relevo político e social, a questão da precariedade no emprego é um desses problemas (cf. Diogo, 2010).

podemos observar que Portugal está em muito melhor posição na dimensão “Comportamentos e risco” (oitavo lugar), ocupa uma posição semelhante ao seu ranking global na dimensão “Saúde e segurança”¹² (décimo quarto lugar) mas nas dimensões “Alojamento e ambiente” (décimo sétimo lugar) e “Educação”¹³ (décimo oitavo) a sua posição já é pior que no ranking global. Contudo, é na dimensão “Bem-estar material” que a posição portuguesa mais se degrada, ocupando o país o vigésimo primeiro lugar num total de vinte e nove. Se olharmos com mais atenção para os componentes desta dimensão podemos observar que as variáveis usadas para a compor estão, precisamente, relacionadas com a pobreza infantil¹⁴.

Desta forma, fica claro que a pobreza infantil é uma questão de grande relevo ao analisar-se o bem-estar infantil em Portugal. Vejamos alguns dados (possíveis) sobre a pobreza infantil no país (INE, 2013). Assim, a taxa de risco de pobreza para os mais novos (0-17 anos) foi, em 2011 de 21,7%, um valor bastante superior à da taxa global (17,9%, como vimos no gráfico 1) e também bastante acima das taxas de pobreza para os dois outros grupos de idade: 18-64 anos (onde é 16,9%) e 65 e mais anos (com um valor de 17,4%). Quais são, portanto, as categorias sociais que apresentam taxas de risco de pobreza maiores que as crianças e jovens? Na variável Condição perante o trabalho, destacam-se os Desempregados (com 38,3%) e os Outros inativos (com 29,2%). Os valores destas duas categorias demonstram bem a forte ligação entre a pobreza e o mundo do trabalho. Em relação à Composição dos agregados familiares, as categorias com taxas mais elevadas, que a taxa global e que a categoria que engloba os mais novos, correspondem a famílias com crianças: uma taxa de 20,4%, para os agregados com crianças dependentes, algo que contrasta com o valor de 15,2% para os que não as têm.

Aprofundando esta informação, podemos perceber que as categorias 2 adultos com 3 ou mais crianças (com 41,2%) e 1 adulto com pelo menos 1 criança¹⁵ (com 30,5%) representam as duas categorias com maior percentagem de indivíduos

¹² Não esquecer que Portugal é um dos cinco países do mundo que mais reduziu a mortalidade infantil (período 1975-2006) e, pelo menos por enquanto, apresenta uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas do mundo, cf. OMS/WHO (2008: 2).

¹³ De notar que, no que à educação respeita, Portugal ocupa, globalmente, um dos últimos lugares nos rankings da OCDE (2013).

¹⁴ A privação monetária e a privação material (UNICEF, 2013: 5 e 6).

¹⁵ Ou seja, as famílias monoparentais.

em situação de pobreza nesta variável (Composição dos agregados familiares), sendo que a primeira é mesmo a categoria social mais vulnerável à pobreza de entre todas as que o INE apresenta no Inquérito ICOR EU SILC. Em contraste, apenas uma categoria referente aos agregados onde não existem crianças, 1 adulto sem crianças, com uma taxa de pobreza de 24,2%, está acima da taxa global.

Quer dizer, mesmo olhando para os dados do INE com cautela, dadas as fragilidades de definição de conceitos que encerram e as limitações de resultados que apresentam, podemos observar, incontestavelmente, a grande relevância que o problema da pobreza infantil assume em Portugal.

Ficou claro, neste texto, que a pobreza infantil se caracteriza por ser complexa, algo que dificulta a sua compreensão. Ora, a compreensão dos fenómenos e processos sociais é a pedra basilar para se construírem políticas sociais eficazes, dirigidas aos problemas concretos, por contraponto a soluções genéricas e cegas, de baixo impacto. As políticas *on target*, possíveis com a compreensão dos fenómenos e processos sociais, proporcionadas por uma boa investigação, também maximizam o uso dos recursos que, por definição, são sempre escassos.

Contudo, o que sabemos sobre a pobreza infantil em Portugal é verdadeiramente pouco, mau grado os esforços de alguns académicos, como por exemplo Amélia Bastos (Bastos *et al.*, 2008, Bastos e Nunes, 2009 ou Bastos *et al.*, 2011).

A teoria permite-nos perceber que o processo de construção social da pobreza infantil agrava a dependência que configura a infância, como fase da vida. Ora, a dependência económica implica que se o indivíduo ou indivíduos de quem se depende não tiver recursos para responder positivamente à situação, então, as condições de existência agravam-se substancialmente, e é isso que temos vindo a assistir nos últimos anos em Portugal, com o agravamento das condições de vida de toda a população. Mas podemos retirar da dependência das crianças outras conclusões: num contexto de escassez de recursos quem distribui os recursos tenderá a privilegiar-se desprivilegiando o elo mais fraco, as crianças. Muito provavelmente isso não será assim para a grande maioria das situações, antes pelo contrário! Contudo, o grau de dependência das crianças e jovens implica que os poucos casos em que isso acontece (e o número de casos tende a crescer com o aumento do número de situações de pobreza) tenham profundos impactos na vida dos indivíduos.

Neste contexto, sobressai a indispensabilidade de se ter em conta a ótica parental, sobre a instrução e amparo dos filhos, pois de entre as crianças em situação comparável de pobreza infantil, resultante de situações económicas difíceis, as mais vulneráveis aos riscos sociais são as que são negligenciadas pelas atitudes dos pais ou outros adultos responsáveis em contraste com as crianças que são alvo de alguma tentativa de proteção. Contudo, as tentativas parentais para proteger as crianças dos efeitos da pobreza têm limites, e esses limites consubstanciam-se na escassez de todo o tipo de recursos, fazendo com que, mesmo nestes casos, a possibilidade de efeitos duradouros da pobreza infantil na vida dos indivíduos seja muito grande.

Bibliografia

- Almeida, Ana Nunes de (2009), *Para uma sociologia da Infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*, Lisboa, ICS.
- Bastos, Amélia (Coord.), Carla Machado e José Passos (2011), *Números com Esperança. Abordagem Estatística da Pobreza Infantil em Portugal: da Análise às propostas de Actuação*, Porto, Editora Almedina.
- Bastos, Amélia e Machado, Carla (2009), "Child Poverty: A Multidimensional Measurement", *International Journal of Social Economics*, Vol. 36, nº 3 pp. 237/251.
- Bastos, Amélia e Nunes, Francisco (2009), "Child Poverty in Portugal: Dimensions and Dynamics", *Childhood*, Vol. 16, nº 1, pp. 67/87.
- Bastos, Amélia, Fernandes, Graça Leão, Passos José e Malho, Maria João (2008), *Um olhar sobre a pobreza infantil: Análise das condições de vida das crianças*, Coimbra, Almedina.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta.
- Diogo, Fernando (2013), "O crescimento da pobreza: limites das fontes estatísticas em Portugal e resultados possíveis" comunicação apresentada ao IV Colóquio Internacional *Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias* organizado pelo CESNOVA, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Université de Fribourg, de 23 a 25 de janeiro de 2013 na FCSH.UNL.
- Diogo, Fernando (2010), "Da Pobreza Infantil aos perfis de pobreza infantil, um caminho a trilhar" in Sarmiento, Manuel e Veiga, Fátima (org.), *Pobreza infantil: realidades, desafios e propostas*, Ribeirão, Húmus, pp. 89-106.
- Diogo, Fernando (2012), "Estado-Providência, direitos sociais e desigualdade" in Casa Nova, Maria José, Benavente, Ana, Diogo, Fernando, Estêvão, Carlos, Lopes, João Teixeira (2012), *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*, Ribeirão, Húmus, pp. 121-131.
- Ferreira, Manuela e Rocha, Cristina (2009), "Olhares da sociologia sobre a infância, as crianças e a sua educação na produção académica nacional (1995-2005): balanço crítico e contributos da

- sociologia da infância”, *Actas do Encontro Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea*, Lisboa, Secção de Sociologia da Educação da APS. <http://www.aps.pt/cms/imagens/ficheiros/FCH4b11c4088da30.pdf> acedido em 19 de Julho de 2013.
- INE (2012), *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*, Lisboa, INE.
- INE (2012b), *Em Portugal o Produto Interno Bruto per capita expresso em Paridades de Poder de Compra situou-se em 77,4 % da média da União Europeia em 2011*. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=133546690&DESTAQUESmodo=2 acedido em 13 de dezembro de 2012.
- INE (2013), “17,9% em risco de pobreza em 2011”, Lisboa, INE. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=156015568&DESTAQUESmodo=2 acedido em 22 de julho de 2013.
- INE (2013b), “O Índice de Custo do Trabalho diminuiu 14,9% face ao trimestre homólogo de 2011”. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=132813881&DESTAQUESmodo=2 acedido em 15 de fevereiro de 2013.
- OECD (2013), *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*, OECD Publishing. [http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%20%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%20%20June%202013.pdf) acedido em 22 de Julho de 2013.
- OMS/WHO (2008), *World Health Report 2008: Primary Health Care now more than ever*, Geneva, OMS/WHO. http://www.who.int/whr/2008/whr08_en.pdf acedido em 22 de Julho de 2013.
- Pereira, Elvira (2010) “Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza”, *Fórum Sociológico*, N.º 20 (II Série), pp. 57-66.
- Perista, Pedro e Baptista, Isabel (2010), “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção”, *Fórum Sociológico*, nº 20 (II Série), pp. 39-46.
- Pordata (2013). “Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB *per capita* a preços constantes (base=2006)”. <http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> acedido em 15 de fevereiro de 2013.
- Sarmento, Manuel (2005), “Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância”, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, in http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ed11bbfe4_1.pdf acedido em 23 de Setembro de 2009.
- Sarmento, Manuel Jacinto, Soares, Natália Fernandes e Tomás, Catarina, (2007), “Políticas Públicas e Participação Infantil”, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 25, 183-206.
- Soares, Natália Fernandes, Sarmento, Manuel Jacinto e Tomás, Catarina (2005), “Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças”, *Nuances: Estudos sobre Educação*, Vol. 12, No 13, pp. 49-64.
- UNICEF (2005), *Pobreza Infantil nos países ricos*, UNICEF report cards in https://www.unicef.pt/18/report_card_6_port_final.pdf acedido a 14 de Novembro de 2009.
- UNICEF (2013), *Child Well-being in Rich Countries: A comparative overview*, Innocenti Report Card 11, UNICEF Office of Research, Florence. http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/rc11_eng.zip